Brasil só renegocia depois do acordo

Arquivo

Missão do FMI volta se Decreto 2045 não for aprovado

Depois de encerradas ontem as conversações com os membros da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, assegurou que qualquer tentativa de renegociação da dívida brasileira junto aos credores externos, inclusive junto ao Clube de Paris, só será implementada depois de concluído o acordo com o FMI. O chefe da missão, Thomas Reichmann, por sua vez, confirmou que as conversações poderão ser reiniciadas, e suspensa temporariamente a formalização do acordo, se a inflação voltar a crescer desmedidamente, e no caso de ocorrer rejeição da nova política salarial pela desaprovação — no Congresso — do Decreto-Lei 2.045.

Segundo opinião de ambos — Galvêas e Reichmann —, caso tudo corra bem, e o novo programa econômico brasileiro seja aprovado pelo "board" do FMI, este deverá liberar duas parcelas do empréstimo retido, totalizando US$ 820 milhões. O dinheiro, entretanto, só estará disponível no decorrer de novembro. Mas se isso não acontecer, Thomas Reichmann, que é o chefe da Divisão Atlântico no FMI, afirmou que vários pontos do programa brasileiro terão de ser revistos. Ele também afirmou que uma renegociação da dívida externa, agora, para refinanciamento, é uma alternativa que não compromete o acordo com o Fundo.

Crédito Ampliado

Ontem, foram finalmente acertados os termos da nova carta de intenções, em que o Brasil se compromete a cumprir uma série de medidas na área econômica, de acordo com os parâmetros fixados pelo Fundo Monetário para a concessão de um crédito ampliado de, aproximadamente US$ 4,6 bilhões, ao longo de três anos.

Já na segunda-feira, segundo outro membro do Fundo — Wilfred A. Beveridge —, a missão que retorna hoje a Washington deverá ter um contato com o gerente-geral da instituição, Jacques de Larosière. Somente depois de ter um relato sobre os novos termos do acordo com o Brasil, De Larosière liberará o texto da carta de intenções a ser assinada pelo ministro Ernane Galvêas e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Segundo Beveridge, um relatório mais extenso sobre as negociações e o programa brasileiro, é de aproximadamente 30 laudas, será redigido e apresentado à diretoria do Fundo Monetário que levará cerca de quatro semanas para aprovar ou não o novo programa. Aí estarão incluídos os parâmetros da política econômica brasileira para este ano e para 1984.

O novo programa brasileiro considera que, para o próximo ano o produto interno poderá ter um crescimento zero, como revelou o ministro Ernane Galvêas. A taxa de inflação para 1984 não fica explicitamente definida, mas deve oscilar entre 60 e 70 por cento, a partir de uma taxa de cinco por cento esperada para dezembro deste ano. O déficit do setor público se reduz para 2,9 por cento do PIB este ano e, em 1984, cai a metade do que foi este ano.

Apesar de estarem definidos os parâmetros básicos, outras medidas de ajuste da política econômica ainda serão necessárias, segundo Thomas Reichmann. Como sempre, ele se recusou a dizer que novas medidas seriam necessárias, mas afirmou que falta ver em que grau serão tomadas essas medidas.

De acordo com a avaliação feita pelo economista, os problemas surgidos com o programa brasileiro, antes da atual revisão, se deveram ao atraso na implementação de algumas medidas, pelo Governo, e a problemas na interpretação de dados. "Tudo isso já não existe agora. Temos de ambas as partes uma boa compreensão de toda a situação", afirmou.

"País Complicado"

Tanto para Thomas Reichmann quanto para W. Beveridge, o Brasil é um País extremamente complicado, e a maior diferença com outros que já ocorreram ao FMI é a alta taxa de inflação acompanhada de uma indexação geral da economia.

A necessidade da aprovação do Decreto-Lei 2.045, pelo Congresso Nacional, é um dos pontos pendentes. Mas, segundo o ministro Ernane Galvêas, o Governo já fez tudo o que devia, enviando a matéria ao Congresso. As dificuldades para a aprovação do projeto, segundo o ministro, não são da alçada do Executivo. Isso agora, afirmou, "é problema do Congresso e dos condutores da parte política".

Somente após a aprovação do programa brasileiro pelo FMI o Governo brasileiro vai iniciar a renegociação da dívida externa. Para a economista Ana Maria Jul, a declaração de uma moratória unilateral por parte das autoridades brasileiras, como defendem alguns setores, "é uma coisa que não daria bom resultado, porque haveria corte de financiamento e o País teria que pagar todas as suas importações à vista". Mas uma negociação para a rolagem da dívida, afirmou, seria uma boa alternativa, caso as autoridades brasileiras queiram seguir esse caminho.

Ana Maria Jul e Thomas Reichmann responderam à crítica atribuída ao presidente, Aureliano Chaves, segundo a qual o Fundo precisa considerar as peculiaridades brasileiras para a definição de um programa econômico. Ambos afirmaram que a missão técnica que vem discutindo com as autoridades brasileiras tem considerado as peculiariedades do Brasil, e que o Fundo Monetário adota esse procedimento com todos os países com quem negocia.

O chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, informou que a taxa de inflação para este ano, prevista no acordo técnico com o Fundo Monetário Internacional, ficou "em torno de 150 por cento". Segundo Ikeda, o orçamento da União para 1984 foi elaborado com duas hipóteses para a taxa de inflação: uma taxa de 60 por cento e outra taxa de 70 por cento.

O assessor econômico do Ministério do Planejamento não quis fazer previsão sobre o prazo para que o "board" do FMI aprove o acordo com o Brasil. Mas, explicou que a nova carta de intenções ainda será redigida pelo Governo brasileiro e, posteriormente, encaminhada ao diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière.

Ele espera também que a conclusão dos entendimentos técnicos com a missão do FMI que esteve no Brasil sirva para que os banqueiros internacionais aprovem, o mais rápido possível, os recursos necessários para o País equacionar o seu balanço de pagamentos.

Akihiro Ikeda confirmou a informação de Thomas Reichmann, membro da missão do FMI, de que, no final de setembro, será feita uma nova avaliação técnica do programa de ajustamento econômico seguido pelo Governo brasileiro. Segundo explicou, existem metas previstas para serem cumpridas nesse período e a avaliação será feita em função da observação dessas metas.

O chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento não acredita que seja necessária a vinda de uma missão do Fundo para realizar essa avaliação, a menos que as metas fixadas não sejam cumpridas. Akihiro Ikeda não quis confirmar a viagem de funcionários do Governo brasileiro a Washington para a entrega da nova carta de intenções.

Relatório

Por recomendação da missão do Fundo Monetário Internacional o Governo passará a fazer um relatório semanal sobre a execução dos três orçamentos públicos — das estatais, monetário e fiscal — visando corrigir eventuais desvios dos indicadores estabelecidos nas recentes negociações.